

# Rédea curta

Certamente que não existe uma razão isolada que explique a rápida recuperação da economia brasileira depois do choque da mudança do regime cambial, em janeiro. Mas não há dúvida de que a crise teria se agravado ainda mais se o programa de ajuste fiscal não estivesse em andamento desde outubro do ano passado.

Os resultados consolidados de janeiro a abril de 1999 nas finanças públicas, divulgados pelo Banco Central, estão acima do previsto no acordo com o Fundo Monetário Internacional. É bom que as autoridades econômicas consigam manter essa folga: alguns componentes das contas públicas continuarão a ter uma trajetória negativa.

Os estados, por enquanto, estão se mantendo na linha, até porque não encontram opções de financiamento. As empresas estatais também se mostram superavitárias. Mas o sistema do INSS está fora de esquadro.

Esperava-se que a reforma da previdência fosse capaz de estancar o crescimento do déficit do INSS já neste ano, mas é possível que isso não

chegue a acontecer. No segundo semestre talvez se tenha um quadro mais bem definido das contas do sistema previdenciário. Será uma vitória se o rombo parar de crescer e ficar abaixo de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Como foi dito repetidas vezes durante a discussão da reforma da previdência, o déficit nessa área tem um custo importante e inevitável, pois tem de ser compensado por um aumento de arrecadação em outras áreas. Parte desse custo começou a ser pago pela sociedade ontem através da CPMF, revigorada com uma alíquota temporária de 0,38% sobre as movimentações financeiras.

O sacrifício do ajuste fiscal em parte está sendo compensado pela queda nas taxas de ju-

**O déficit nessa área tem um custo importante e inevitável**

ros. Para que essa tendência de baixa nos juros não seja interrompida, o Governo precisa mostrar ainda mais firmeza no ajuste fiscal. Os resultados alcançados até agora não são motivo para rédeas frouxas. Ao contrário, precisam servir de estímulo para se redobrar o empenho na execução do programa de ajuste fiscal.